

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
PÓS-GRADUAÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO APLICADAS À SEGURANÇA PÚBLICA E DIREITOS HUMANOS

LORIELCIO DA SILVA PERES

APLICATIVOS PARA DISPOSITIVOS MÓVEIS APLICADOS À SEGURANÇA PÚBLICA: PESQUISA BIBLIOGRÁFICA

Araranguá, 01 de Junho de 2015

LORIELCIO DA SILVA PERES

APLICATIVOS PARA DISPOSITIVOS MÓVEIS APLICADOS À SEGURANÇA PÚBLICA: PESQUISA BIBLIOGRÁFICA

Dissertação submetida ao Programa de Pós Graduação da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do Grau de Especialista em Tecnologia de Informação e Comunicação. Sob a orientação do Professor Dr. Roderval Marcelino.

Araranguá, 01 de Junho de 2015

Lorielcio da Silva Peres

Título: Aplicativos para dispositivos Móveis Aplicados à Segurança Pública: Pesquisa Bibliográfica

Dissertação submetida ao Programa de Pós Graduação da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do Grau de Especialista em Tecnologia de Informação e Comunicação. Sob a orientação do Professor Dr. Roderval Marcelino.

Prof. Roderval Marcelino, DR.
Orientador
Universidade Federal de Santa Catarina

João Bosco da Mota Alves, Dr.
Universidade Federal de Santa Catarina

Vilson Gruber, Dr.
Universidade Federal de Santa Catarina

Araranguá, 01 de Junho de 2015

Este trabalho é dedicado aos meus filhos Murilo e Mariana, inspiração para minha vida. Dedico também aos meus colegas de classe, profissionais da segurança pública os quais aprendi a admirar ainda mais, diante das grandes dificuldades enfrentadas no exercer de suas atividades.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus. Obrigado senhor! Por orientar meus passos em direção ao conhecimento e auxiliar nos momentos difíceis. Aos meus filhos Murilo e Mariana que sempre me incentivaram e compreenderam os momentos de ausência durante esta etapa de estudo. Aos meus colegas de classe que com sua experiência profissional na segurança pública, fizeram deste curso uma oportunidade única de conhecimento a respeito da realidade da segurança pública no Brasil e me ensinaram a respeitar ainda mais estes profissionais, frente as adversidade que eles encontram no dia-a-dia. À minha grande amiga Ângela Battistela, que foi quem primeiro me incentivou a busca de retomar os estudos. Aos Sócios da Natureza, ONG a qual participo e que luta pelos direitos humanos relacionados a recursos naturais, representadas por João da Silva, sócio fundador e Tadeu dos Santos, atual diretor. À professora Dra. Selma dos Santos Rosa, que mesmo a distância participou intensivamente, incentivando e orientando nos trabalhos. A todos os professores que ministraram aulas e dividiram seus conhecimentos com o grupo. Em particular ao professor Giovani que me incentivou e orientou no decorrer do curso em relação à monografia, com presteza, comprometimento e atenção. Ao meu orientador Professor Roderval Marcelino, que foi o primeiro professor a ministrar aula nesta especialização e serviu de inspiração para mim, em termos de profissionalismo, simplicidade e atenção com os alunos. Agradeço especialmente a sua disposição em orientar e sua colaboração impar no desenvolvimento deste trabalho.

“Em poucas décadas, a sociedade se reorganiza – muda sua visão de mundo, seus valores básicos, sua estrutura social e política, suas artes, suas instituições financeiras. Cinquenta anos depois, há um novo mundo. E as pessoas jovens, então, nascidas não conseguem nem imaginar o mundo em que seus avós viveram e no qual seus próprios pais nasceram.” Peter Druker, 2003

RESUMO

Este trabalho tem o objetivo de contribuir com os estudos relativos a aplicações mobilizadoras desenvolvidas a partir das TICs-Tecnologias de Informação e Comunicação aplicadas à segurança pública nacional. Por meio de uma pesquisa bibliográfica sobre aplicativos para dispositivos móveis existentes no Brasil, procurou-se identificar o cenário nacional de APPs para dispositivos móveis, possíveis de ser aplicado à segurança pública e obter maiores conhecimentos em relação a aplicativos e dispositivos móveis e suas destinações junto à sociedade. A base da pesquisa foi uma demanda da Política de Desenvolvimento Produtivo – PDP, no seu programa mobilizador em áreas estratégicas TICs, em que trata as aplicações mobilizadoras para sistemas aplicados à segurança pública. Paralelo a esta questão das aplicações mobilizadoras a pesquisa exploratória apontou para um novo cenário em termos de desenvolvimento de softwares, utilizados em *tablets* e *smartphones*. Uma aplicação móvel pode ter milhões de descarregamentos através das lojas virtuais de “APPs” que reduzem significativamente os custos de distribuição e comercialização, o que aponta para uma nova metodologia tanto no sentido de busca de ferramentas, quanto na própria utilização e abre um novo leque de tecnologia a ser investido pelos órgãos públicos e pelo governo, através de pesquisa e desenvolvimento de aplicativos. A pesquisa procurou se embasar em aplicativos ofertados pelo governo federal para traçar um cenário nacional, abordou também alguns aplicativos similares de órgãos estaduais e algumas iniciativas privadas deste mercado. Pode-se afirmar pelo que foi encontrado nas pesquisas que os dispositivos móveis e seus aplicativos vieram pra ficar e estão compondo um novo cenário em termos de computação móvel, que a segurança pública já esta inserida neste contexto ainda que de forma embrionária e que existe um campo bastante amplo para outras pesquisas que possibilitem aprofundar o desenvolvimento de aplicações mobilizadas das TICs para os sistemas de segurança pública.

Palavras-chave: Aplicações Mobilizadoras, Dispositivo Móvel, Aplicativo Móvel, Segurança Pública.

ABSTRACT

This work aims to contribute to the studies on mobilizing applications built on ICT - Information and Communication Technologies applied to the national public safety. Through a bibliographical research on applications for existing mobile devices in Brazil, we tried to identify the national stage of "APP" for possible mobile devices to be applied to public safety and get more knowledge regarding applications and mobile devices and their destinations in the society. The basis of the research was a demand of the Productive Development Policy - PDP, in its mobilizing program in strategic areas in which ICT is the mobilizing applications to systems applied to public safety. Parallel to this issue of mobilizing applications to exploratory research pointed to a new scenario in terms of development of software used in tablets and *smartphones*. A mobile application can have millions of downloads through the virtual store "Apps" that significantly reduce the cost of distribution and marketing, which points to a new methodology both to search engines, and in own use and opens a new range technology to be invested by public bodies and government through research and application development. The research sought to be linked to applications offered by the federal government to chart a national scene, also addressed some similar applications to state agencies and some private initiatives in this market. It can be said for what was found in the research that mobile devices and applications are here to stay and are composing a new scenario in terms of mobile computing, that public safety already inserted in this context albeit in embryonic form and that there is a very wide field for further research to enable further develop applications of ICTs mobilized for public safety systems.

Keywords: Mobilizing Applications, Mobile Device, Mobile Application, Security Publishes.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	11
1.1 Objetivos	17
1.1.1 Objetivo Geral	13
1.1.2 Objetivos Específicos	13
1.2 Metodologia	13
1.3 Justificativa	14
2. APLICAÇÃO MOBILIZADORA DAS TICS PARA SISTEMAS APLICADOS A SEGURANÇA PÚBLICA.....	17
2.1. Aplicação mobilizadora das TICS	17
2.2. Sistemas Aplicados a Segurança Pública	18
3. INTERNET, DISPOSITIVOS MÓVEIS E APLICATIVOS.....	21
3.1 Internet e Dispositivos Móveis	21
3.2 Aplicativos para dispositivos móveis - conceitos	24
4. APLICATIVOS PARA DISPOSITIVOS MÓVEIS RELACIONADOS À APLICA- ÇÃO MOBILIZADORA DAS TICS PARA SISTEMAS APLICADOS A SEGURANÇA PÚBLICA	26
4.1 Aplicativos do Governo Federal	26
4.1.1. Aplicativos Ministério da Justiça- SINESP Cidadão.....	26

4.1.2. Aplicativos Ministério da Justiça - SINESP Seguro	31
4.1.3. Aplicativos Ministério da Justiça - Equipamentos Públicos.....	32
4.1.4. Aplicativos Ministério da Justiça - Atlas de Acesso à Justiça.....	33
4.1.5. Aplicativos Ministério da Defesa – CENIPA	36
4.1.6. Aplicativos Ministério da Defesa – Rádio Marinha	39
4.1.7. Aplicativos Ministério da Defesa – Quiz Defesa	41
4.1.8. Aplicativos do STJ – STJ - Consulta Processual	42
4.1.9. Aplicativos Secretaria de Direitos Humanos – Proteja Brasil	46
4.1.10. Aplicativos da SEPPIR – Denuncie a Discriminação	49
4.1.11. Aplicativos da SEPPIR – Estatuto da Igualdade Racial	50
5. ANÁLISES E CONSIDERAÇÕES	51
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	59
7. REFERÊNCIAS	61

1. INTRODUÇÃO

A informação sem dúvida é o recurso mais importante para a tomada de decisão. A grande questão é como adquirir informação. A tecnologia atualmente é utilizada para os mais diversos objetivos, entre eles a busca e organização da informação. Somente ter a informação não basta. É necessário que esta informação seja divulgada, comunicada as partes interessadas para que seja útil em tomadas de decisão. Tomadas de decisão nos dias de hoje requerem rapidez e eficiência e para isso, se faz necessário ter sempre disponível mecanismos de obtenção, processamento e divulgação de informações ABDI (2010).

As TICs – Tecnologia de Informação e Comunicação – reúnem todo esse arcabouço de requisitos para prover a comunidade com informações para as tomadas de decisões necessárias ao crescimento e desenvolvimento do que chamamos hoje de Sociedade da Informação.

“A introdução das TIC em todas as áreas de atividades, de geradora de externalidades positivas, passou nos anos recentes a constituir o cerne do que se vem chamando de Sociedade da Informação”. (ABDI, 2010 p. 13)

Em se tratando de segurança pública essa necessidade de informação é ainda mais latente, uma vez que, o que está em discussão é o bem-estar das pessoas, vidas humanas, cidadãos que dependem de entidades públicas para sua segurança.

Foi com o objetivo de gerar e organizar informação que aconteceu em 2010 a Oficina de Trabalho: "Visão de Futuro e Agenda TIC: 2008-2025", que foi uma iniciativa da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial – ABDI em conjunto com o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos – CGEE. Neste trabalho desenvolvido por um grupo de especialistas em Aplicações Mobilizadoras.

“Aplicações mobilizadoras referem-se à oferta de produtos e serviços de informação e comunicação que considerem estratégias globais no acesso e uso de tecnologias de informação e comunicação (TICs) e que demandem desenvolvimentos de novas tecno-

logias, equipamentos, metodologias, modelos de negócio, em um esforço articulado por parte das instituições acadêmicas, de governo e empresas”. (ABDI, 2010 p. 12)

Um das ações mobilizadoras estabelecidas foi relacionado a sistemas aplicados à segurança pública. As interações pelos agentes envolvidos nos processos do poder judiciário, da polícia e de agentes de saúde, compõem e delimitam as áreas de aplicação de sistemas de informação e tecnologia para a segurança pública.

“A segurança pública compreende o conjunto de todas as esferas envolvidas na garantia de segurança do cidadão, incluindo a ordem social, a saúde, a integridade da pessoa e a integridade do patrimônio. Envolve, portanto, componentes normativos, preventivos e repressivos, que incluem o sistema de saúde, as atividades da polícia e o poder judiciário.” (ABDI, 2010 p. 56)

Este trabalho tem o objetivo contribuir com os estudos relativos a aplicações mobilizadoras desenvolvidas a partir das TICs aplicadas a segurança pública nacional. Visando gerar informações que poderão ser utilizadas em aplicações e que demandem maiores estudos, aperfeiçoamento, investimentos e estratégias de uso e gerenciamento.

Existe um conjunto de processos que podem ser melhorados a partir de novas aplicações e tecnologias como:

- Atendimento e interação com o cidadão, envolvendo todos os canais de comunicação e troca de informações diretamente com a sociedade, seja para registro de ocorrências, difusão de informações ou prestação de serviços ao cidadão.
- Sistemas de tratamento de ocorrências, envolvendo todos os trâmites desde os registros do incidente até a finalização de processos judiciais.
- Tratamento de informações relativas à identificação civil e criminal, incluídas aí todas as formas de coleta, armazenamento e processamento de dados de identificação.
- Tratamento de informações coletadas por serviços de inteligência e integração dos sistemas de informação das diversas organizações policiais.
- Acompanhamento e avaliação dos procedimentos realizados pelos órgãos de segurança”. (ABDI, 2010 p. 56)

Foi baseando neste conjunto de processos que este trabalho se orientou para buscar mais informações relacionadas a aplicações tecnológicas para a segurança pública.

No desenvolvimento de softwares atualmente está acontecendo uma revolução nos termos do que entendemos por computação móvel, os *smartphones* como o *iPhone* e outros que utilizam o sistema operacional *Android* redefiniram o que entendemos por computação móvel.

Uma aplicação móvel pode ter milhões de descarregamentos em pouco tempo e esse mercado potencial gerou uma nova forma de distribuição e entrega de software através das

lojas virtuais de “APPs” que reduzem significativamente os custos de distribuição e comercialização.

“Os mercados para aplicativos móveis criaram um mecanismo totalmente novo para a distribuição de conteúdo, estimulando investimentos consideráveis no desenvolvimento de software para dispositivos móveis.” (UNESCO, 2014, p. 23)

Diante da realidade atual em relação a aplicações móveis e optou-se por limitar a investigação a tecnologias disponíveis para dispositivos móveis do tipo *smartphones* e *tablets*.

1.1 Objetivos

1.1.1 Objetivo Geral

Contribuir com os estudos relativos a aplicações mobilizadoras desenvolvidas a partir das TICs aplicadas a segurança pública nacional.

1.1.2 Objetivos Específicos

Desenvolver uma pesquisa bibliográfica sobre aplicativos para dispositivos móveis existentes aplicados à segurança pública no Brasil.

Identificar o cenário nacional de APPs para dispositivos móveis possíveis de ser aplicados à segurança pública.

Obter maiores conhecimentos em relação a aplicativos e dispositivos móveis e suas destinações junto à sociedade.

1.2 Metodologia

Em relação à metodologia utilizada no desenvolvimento desta pesquisa segue algumas classificações que nortearam o desenvolvimento e estruturação do trabalho.

No que tange a objetivos, esta pesquisa classifica-se como exploratória, conforme Gil (2002) visa intuir, proporcionar familiaridade ao problema possibilitando construir hipóteses e ainda aprimorar ideias a respeito do tema proposto.

Quanto aos procedimentos de pesquisa, ou seja, a forma como se conduz os estudos e obtêm os dados esta pesquisa se classifica como bibliográfica e documental.

A pesquisa bibliográfica segundo Gil (2002, p. 44) “é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. Em relação à pesquisa documental Gil coloca como “uma pesquisa que vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa” (2002, p.44).

Em relação à abordagem se classifica como pesquisa qualitativa que segundo RICHARDSON (1999, p.80) é capaz de “descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais” e ainda que a pesquisa qualitativa pode “contribuir com uma mudança no processo de determinado grupo, possibilitar maior nível de profundidade e o entendimento de particularidades de comportamentos dos indivíduos”.

A pesquisa aconteceu em um contexto nacional, voltada para o ambiente de trabalho de profissionais da segurança pública, assim como para cidadãos comuns que possam ser usuários de APPs no dia-a-dia e teve abordagem qualitativa.

1.3 Justificativa

Um dos motivos que me levou a propor esta pesquisa foi a necessidade de facilitar o acesso pelo cidadão a segurança pública. A segurança pública por meio das suas três esferas de atuação saúde, policia e poder judiciário tem uma grande missão junto à sociedade que é prover segurança a todos.

“A segurança pública compreende o conjunto de todas as esferas envolvidas na garantia de segurança do cidadão, incluindo a ordem social, a saúde, a integridade da pessoa e a integridade do patrimônio”. (ABDI, 2010 p. 56)

Para esta tão difícil tarefa precisa dispor de todos os recursos disponíveis existentes. E cabe destacar que a tecnologia nos dias atuais já oferecem os mais diversos recursos para os mais diversos fins e a segurança pública também está inserida neste universo virtual no qual vivemos.

Entre as aplicações mobilizadoras em TICs, que se referem à oferta de produtos e serviços de informação e comunicação como estratégias globais no acesso e uso, estão às relacionadas a sistemas aplicados à segurança pública que demandem desenvolvimentos de novas tecnologias, equipamentos, metodologias, modelos de negócio e prevê um esforço articulado entre o governo, empresas e instituições acadêmicas.

“... aplicações referentes à oferta de produtos e serviços de informação e comunicação que considerem estratégias globais no acesso e uso de tecnologias de informação e comunicação (TIC) e que demandem desenvolvimentos de novas tecnologias, equipamentos, metodologias, modelos de negócio, em um esforço articulado por parte das instituições acadêmicas, de governo e empresas.” (ABDI, 2010, p.16)

Investigar e gerar informações relacionadas a estas aplicações mobilizadoras aplicadas à segurança pública poderá garantir a continuidade de investimento por parte de todos os setores envolvidos nesta tão importante missão.

Computação móvel ou aplicação móvel. Este conceito tem evoluído de forma dinâmica em um mercado onde a concorrência em termos de softwares voa em busca do consumidor. Cada vez menores, com mais tecnologia e com acesso a internet móvel e redes *Wi-Fi*, os dispositivos para estas aplicações estão cada vez mais populares e disponíveis. Os indivíduos, empresas e até as instituições públicas mergulham num mundo virtual e tecnológico sem fronteiras e sem limites através de *tablets* e *smartphones*.

“A tecnologia permitiu transformações em nosso mundo de formas outrora inimagináveis. Dispositivos móveis permeiam nossas vidas diárias, provendo um acesso sem precedentes à comunicação e à informação.” (UNESCO, 2014, p. 13)

Os *tablets* e *smartphones* exemplos de dispositivos móveis populares nos dias atuais, estão cada vez mais incorporados de recursos que na maioria das vezes são subutilizados ou utilizados para fins apenas de diversão.

“No final de 2012, já se estimava que o número de dispositivos móveis superasse o total da população mundial (CISCO, 2012). À medida que os dispositivos se tornam mais potentes, funcionais e baratos, aumenta também o seu potencial de apoiar o aprendizado de modos inusitados.” (UNESCO, 2014, p. 13)

Faz-se necessário agregar estes recursos, que nos dias de hoje os indivíduos já trazem consigo para uso pessoal, a segurança pública. Dispor da interatividade que estes dispositivos podem proporcionar para comunicação, inserir o cidadão e a segurança pública em uma mes-

ma “plataforma”, munidos de estratégias que busquem auxiliar nos processos de interação entre as partes é o que precisa ser mais bem investigado é o que esta pesquisa pretende fazer.

Muitos serão os benefícios desta pesquisa, entre eles organizar informações sobre recursos disponíveis em termos de aplicativos móveis já existentes, facilitar a decisão por um aplicativo e incentivar mais pesquisa e desenvolvimento são alguns deles.

Não só os cidadãos de forma geral serão beneficiados, como também as instituições públicas, o governo e as instituições de pesquisa e educação poderão contar com informações que auxiliarão na utilização e aperfeiçoamento dos recursos, assim como o desenvolvimento de novos aplicativos.

Uma visão sobre o que existe no cenário nacional atual, passando por conceitos de aplicações móveis, dispositivos móveis e segurança pública é onde esta pesquisa pretende chegar. Assim pretende-se prover este tema de informações iniciais para novas pesquisas que poderão aprofundar mais questões relacionadas a recursos dos aplicativos, usabilidade e novos investimentos a serem empreendidos.

2. APLICAÇÃO MOBILIZADORA DAS TICS PARA SISTEMAS APLICADOS A SEGURANÇA PÚBLICA

2.1. Aplicação mobilizadora das TICS

Inicialmente para ser possível uma compreensão melhor do assunto que será tratado nesta pesquisa é importante definir conceitos a respeito de o que são as TICS – Tecnologias De Informação e Comunicação foram utilizadas no estudo realizado pela ABDI:

“Para efeito do presente estudo, tecnologias de informação e comunicação – TIC correspondem a todas as tecnologias que interferem e perpassam os processos informacionais e comunicativos dos seres. Ainda, podem ser entendidas como um conjunto de recursos tecnológicos integrados entre si, que proporcionam, por meio das funções de hardware, software e telecomunicações, a automação e comunicação dos processos de negócios, dos serviços públicos, da pesquisa científica e de ensino e aprendizagem.” (ABDI, 2010, p. 16)

É possível observar no conceito de aplicação mobilizadora da ABDI, que trata do acesso e uso de tecnologias de informação e comunicação (TICS).

“... aplicações referentes à oferta de produtos e serviços de informação e comunicação que considerem estratégias globais no acesso e uso de tecnologias de informação e comunicação (TIC) e que demandem desenvolvimentos de novas tecnologias, equipamentos, metodologias, modelos de negócio, em um esforço articulado por parte das instituições acadêmicas, de governo e empresas.” (ABDI, 2010, p.16)

A necessidade de estudar as aplicações mobilizadoras em TIC surgiu a partir de uma demanda da Política de Desenvolvimento Produtivo – PDP, no seu programa mobilizador em áreas estratégicas TICS que em conjunto com o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos – CGEE realizaram uma Oficina de Trabalho: "Visão de Futuro e Agenda TIC: 2008-2025". (ABDI, p.12)

A partir de então se passou a construção da visão de futuro do desenvolvimento de aplicações mobilizadoras das TIC no Brasil para o período de 2008-2025 que foi estruturada

em dinâmicas de grupo em torno das aplicações algumas aplicações mobilizadoras e entre elas estavam sistemas aplicados à segurança pública. (ABDI, p.12)

2.2. Sistemas Aplicados a Segurança Pública

A ABDI e o CGEE selecionaram como ponto de partida para a construção da visão de futuro sete aplicações considerando os objetivos dos cinco subprogramas do Programa Mobilizador em TIC da Política de Desenvolvimento Produtivo:

“O Programa Mobilizador em TIC da PDP compreende cinco subprogramas: (i) software e serviços de TI; (ii) microeletrônica; (iii) mostradores de informação - displays; (iv) infraestrutura para inclusão digital; e (v) adensamento da cadeia produtiva.” (ABDI, p. 22)

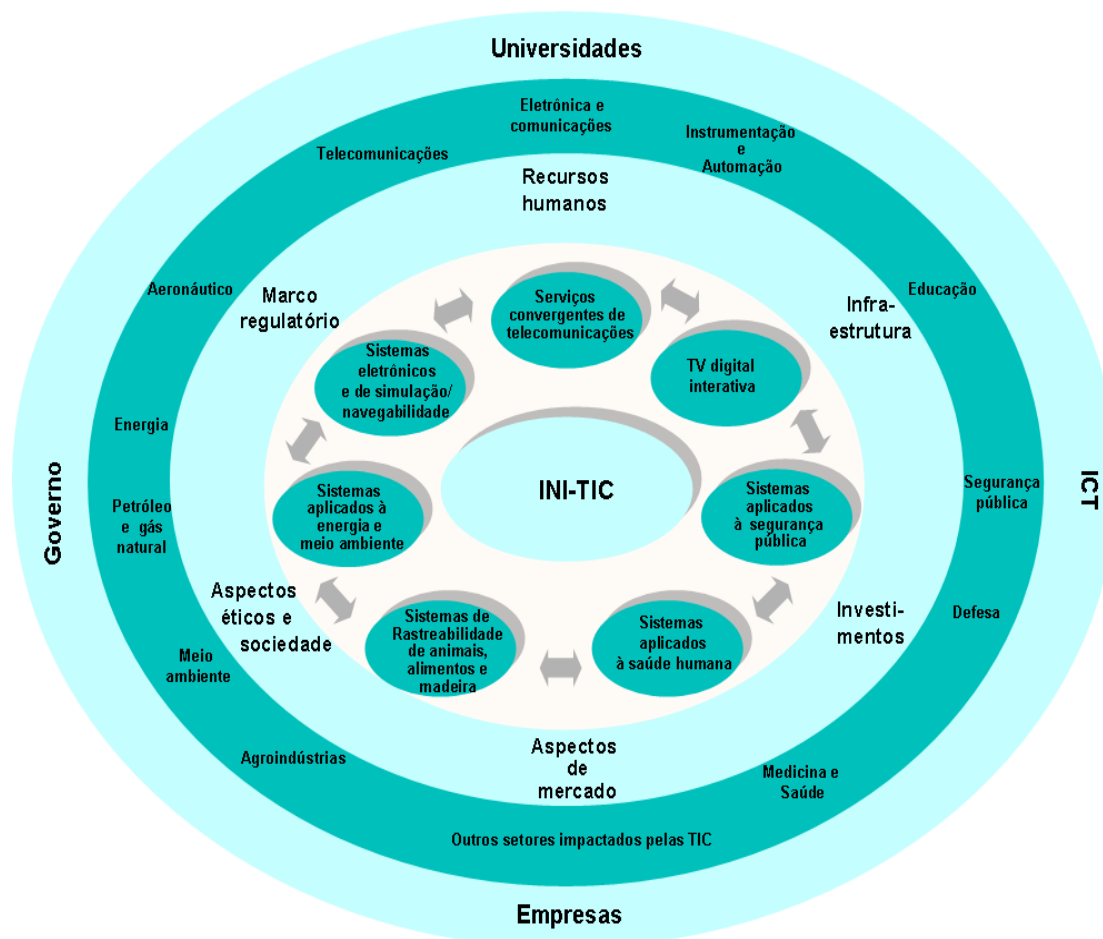
Entre estas sete aplicações encontram-se os sistemas aplicados à segurança pública. São elas:

“(i) Serviços convergentes de telecomunicações;
(ii) TV digital interativa;
(iii) Sistemas aplicados à segurança pública;
(iv) Sistemas aplicados à saúde humana;
(v) Sistemas aplicados à energia e meio ambiente;
(vi) Sistemas de rastreabilidade de animais, alimentos e madeira;
(vii) Sistemas eletrônicos e de simulação aplicados à navegabilidade.” (ABDI, p. 22)

Esquemáticamente o escopo definido para o estudo prospectivo, foi a partir da análise detalhada de documentos de referência sobre políticas e estratégias nacionais em TIC, bem como de relatórios internacionais e nacionais cobrindo aspectos de mercado, marcos legais e regulatórios, aspectos éticos e de aceitação das novas TIC pela sociedade e níveis de investimentos praticados.

O estudo prospectivo compreende sete aplicações mobilizadoras, doze setores considerados os mais impactados pelas TIC no horizonte temporal 2008 – 2025 e os principais agentes mobilizadores: empresas, governo, instituições de Ciência e Tecnologia (ICT) e universidades, mostrados a partir da figura 01.

Figura 01 – Escopo do estudo prospectivo TIC



Fonte: ABDI, 2010

Especificamente tratando da aplicação mobilizadora sistemas aplicados à segurança pública apresentada sucintamente no Quadro 1.1-1(ABDI, 2010), diz que:

“Abrangem sistemas para identificação automática de pessoas, individualmente e em movimento, reconhecimento de imagens e padrões; sistemas de captação, armazenamento, recuperação e identificação de dados biométricos; bloqueio de comunicações móveis em presídios e outros locais; detecção de objetos perigosos como armas, bombas, dentre outros”. (ABDI, 2010, p.24)

Para efeitos desta pesquisa conceitua-se a segurança pública como:

“A segurança pública compreende o conjunto de todas as esferas envolvidas na garantia de segurança do cidadão, incluindo a ordem social, a saúde, a integridade da pessoa e a integridade do patrimônio. Envolve, portanto, componentes normativos, preventivos e repressivos, que incluem o sistema de saúde, as atividades da polícia e o poder judiciário.” (ABDI, 2010, p.56)

Segundo FURTADO (2003) “As áreas de aplicação de sistemas de informação e tecnologia em segurança pública podem ser vistas sob a ótica da demanda gerada pela interação entre os agentes envolvidos no processo” (Apud ABDI, 2010, p. 56).

Estas interações referem-se desde o atendimento ao cidadão, os canais de comunicação, a troca de informações diretamente com os membros da sociedade de varias maneiras. Quer através de registro de ocorrências, da difusão de informações ou outros serviços prestados ao cidadão. Assim envolve todo o sistema de tratamento de ocorrências, os trâmites desde os registros do incidente até a finalização de processos judiciais e ainda o tratamento de informações relativas à identificação civil e criminal, formas de coleta, armazenamento e processamento de dados de identificação. Inclusive as informações coletadas por serviços de inteligência e através da integração dos sistemas de informação das diversas organizações policiais e ainda o acompanhamento e a avaliação dos procedimentos realizados pelos diversos órgãos de segurança que interagem no processo.

Esse conjunto de interações pode ser aperfeiçoado por meio de novas aplicações e tecnologias e mudar significativamente a forma de trabalho da segurança pública “Algumas tecnologias emergentes provocarão alterações profundas nos processos de trabalho dos órgãos ligados à segurança pública e na sua interação com a sociedade.” (ABDI, 2010, p.56)

O trabalho desenvolvido pela ABDI teve como objetivo acelerar o processo de inovação nas aplicações mobilizadoras e foi neste contexto que a Política de Desenvolvimento Produtivo em seu Programa Mobilizador em Áreas Estratégicas – TIC trabalhou como agenda principal, construído um conjunto de recomendações para acelerar este processo.

Esta pesquisa também foi desenvolvida visando este contexto, objetivando mais especificamente identificar e analisar alguns aplicativos para dispositivos móveis que poderão gerar inovação na forma de trabalho de todos os agentes que interagem com a segurança pública.

3. INTERNET, DISPOSITIVOS MÓVEIS E APLICATIVOS

3.1 Internet e Dispositivos Móveis

A sociedade em rede não é uma novidade, assim como a tecnologia da informação que por mais que ainda hoje seja visto como algo novo, desde muitos tempos estudiosos já apontavam como sendo mecanismos de transformação da sociedade.

“Uma revolução tecnológica concentrada nas tecnologias da informação está remodelando a base material da sociedade em ritmo acelerado. Economias por todo o mundo passaram a manter interdependência global, apresentando uma nova forma de relação entre a economia, o Estado e a sociedade em um sistema de geometria variável.” (CASTELLS, 1999, p.21).

A sociedade há muitos anos vive em torno de um instrumento de comunicação que abrange todos os setores e segmentos que compõem as relações pessoais, profissionais e institucionais tanto na esfera das entidades públicas quanto privadas, a internet. Esse poder de envolvimento se faz em função da força de comunicação em rede que a Internet possui.

Já em 2003, Manoel Castells apontava a internet como muito importante na sociedade “a internet passou a ser a base tecnológica para a forma organizacional da Era da Informação: a rede”. (2003, p.7)

Em uma comparação com a era industrial onde a eletricidade era o principal propulsor da economia, atualmente temos tecnologia da informação. Se uma rede elétrica e o motor elétrico eram o que distribuía força, hoje temos a internet que distribui a informação. “A internet é o tecido de nossas vidas!” (CASTELLS, 2003, p. 7)

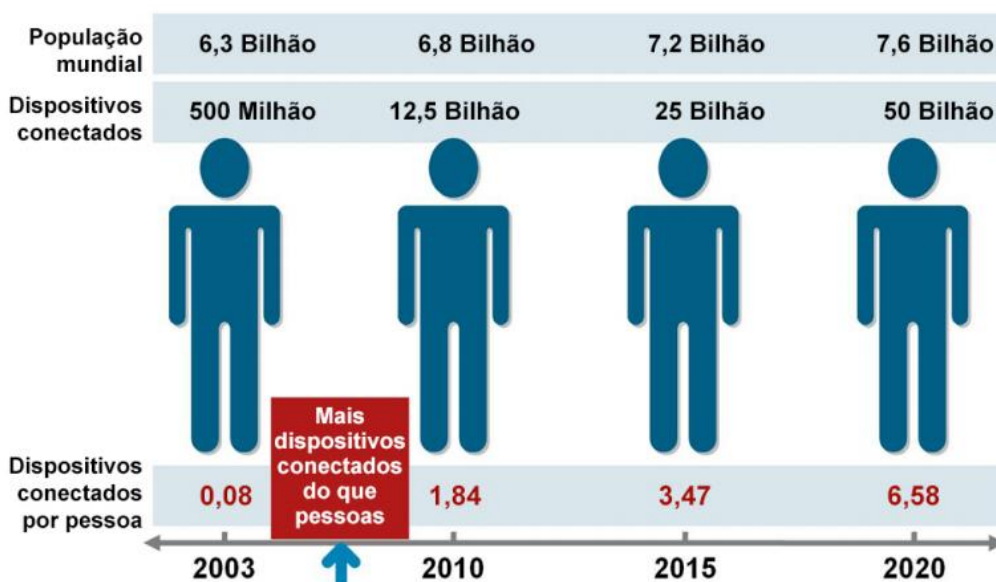
Atualmente já vivemos em uma realidade que a internet passou a ser indispensável em nossas vidas. Estudamos, trabalhamos e nos divertimos em rede via internet, nos relacionamos e nos comunicamos com pessoas, com empresa, com o governo e com mundo via internet.

As gerações da Internet foram evoluindo e chegamos a internet das coisas ou IoT *Internet of Things* que promete mudar ainda mais o que já é bastante revolucionário nos dias de hoje. Se pensamos que essa é uma novidade recente, em termo de tecnologia já vem se falando sobre isso faz algum tempo. Já em 2011, Evans escreveu para o Cisco *Internet Business Solutions Group* (IBSG) em seu *white paper*:

“A IoT (Internet of Things, Internet das coisas), algumas vezes referida como a Internet dos objetos, mudará tudo, inclusive nós mesmos. Isso pode parecer uma declaração arrojada, mas considere o impacto que a Internet já teve na educação, na comunicação, nos negócios, na ciência, no governo e na humanidade. Claramente, a Internet é uma das criações mais importantes e poderosas de toda a história humana.” (EVANS, 2011, p.1)

Em relação ao conceito de Internet das coisas a definição apresentada por Evans é bastante simples. “De acordo com o Cisco *Internet Business Solutions Group* (IBSG), a IoT é o momento exato em que foram conectados à Internet mais "coisas ou objetos" do que pessoas.” (2011, p. 2) e apresenta essa informação em uma forma gráfica assim:

Figura 02 – População mundial X Dispositivos conectados



Fonte: Cisco IBSG, abril de 2011

A ideia desta pesquisa é entender mais sobre dispositivos móveis e aplicativos e como estes poderão ser utilizados para a segurança pública. A breve introdução a respeito da internet se faz importante para contextualizar o ambiente em que estes dispositivos e aplicativos estão inseridos. Segundo a Cisco IBSG, 2010; U.S. Census Bureau, 2010:

“O crescimento explosivo de smartphones e tablets levou o número de dispositivos conectados à Internet até 12,5 bilhões em 2010, à medida que a população humana chegou a 6,8 bilhões, tornando o número de dispositivos conectados por pessoa superior 1 (exatamente 1,84) pela primeira vez na história. (EVANS, 2011, p.3)

A tecnologia vem transformando o nosso mundo. Muitas são as áreas da sociedade e setores da economia que cada vez mais se rendem ao uso da tecnologia, um exemplo é a educação que vem cada vez mais se utilizando de novas tecnologias para aprimorar seus recursos e uma das questões levantadas por este setor é justamente a utilização de dispositivos móveis. Em 2014 a UNESCO publicou um estudo a respeito do assunto intitulado, O futuro da aprendizagem móvel - implicações para planejadores e gestores de políticas. Neste estudo é abordada a utilização da tecnologia e os dispositivos móveis para educação.

“A tecnologia permitiu transformações em nosso mundo de formas outrora inimagináveis. Dispositivos móveis permeiam nossas vidas diárias, provendo um acesso sem precedentes à comunicação e à informação. No final de 2012, já se estimava que o número de dispositivos móveis superasse o total da população mundial (CISCO, 2012). À medida que os dispositivos se tornam mais potentes, funcionais e baratos, aumenta também o seu potencial de apoiar o aprendizado de modos inusitados.” (UNESCO, 2014, p. 13)

As tecnologias móveis estão cada vez mais aprimoradas e incorporadas às coisas. Assim podemos dizer na era da internet das coisas, muitas são as tecnologias móveis que são utilizadas, para efeitos desta pesquisa a referencia foi estabelecida também com base na publicação da UNESCO, e focada em dispositivos móveis.

“... os dispositivos móveis incluem qualquer tecnologia portátil e conectada, como telefones celulares básicos, leitores eletrônicos, smartphones e tablets, além de tecnologias incorporadas como leitores de smartcard.” (UNESCO, 2014, p. 17)

Ainda a respeito dos dispositivos móveis na mesma publicação são tratadas algumas questões como a tendência de *tablets* e leitores *touch-screen* sem fio se tornar mais baratos e acessíveis e também em relação a dados móveis que tendem a cada vez mais estarem disponíveis de maneira fluida nos dispositivos pessoais de maneira geral. Em relação às características destes dispositivos, admitindo ser difícil prever como seriam num horizonte dos próximos 15 anos, o estudo descreve os dispositivos como:

“Por isso, a UNESCO simplesmente reconhece que no futuro os dispositivos móveis devem compartilhar as características centrais dos seus pares atuais, ou seja: serão digitais; facilmente portáteis; normalmente pertencerão e serão controlados por um indivíduo, não por uma instituição; poderão se conectar a internet e outras redes; terão

capacidade multimídia; e poderão facilitar um grande número de tarefas, particularmente aquelas relacionadas com a comunicação.” (UNESCO, 2014, p. 17)

Varias informações apresentadas no estudo da UNESCO servem como referencia para contextualizar a participação das tecnologias móveis e dos dispositivos móveis de uma forma geral e abrangente na nossa sociedade, na nossa cultura e na nossa economia.

“Atualmente, as tecnologias móveis, comercializadas originalmente, sobretudo como dispositivos de comunicação e entretenimento, têm um papel importante nas economias do mundo inteiro e na sociedade como um todo.” (2104, p. 19)

Em relação as suas características os dispositivos móveis são geralmente pequenos em tamanho e a capacidade de processamento e memória é mais limitada. O tempo de inicialização é curto e existe um monitoramento do nível de energia para prevenir a perda de dados. Em relação ao armazenamento pode ser local e/ou remoto podendo ser sincronizados com outros sistemas. (TORRES, 2013)

Assim como a educação, a segurança pública é um direito fundamental do cidadão e que precisa ser estudado e aperfeiçoado. Como é possível observar a tecnologia é cada vez mais um instrumento de melhoria em processos, produtos e serviços. Garantir ao cidadão segurança nos dias de hoje sem falar em tecnologia seria quase impossível uma vez que o mundo de maneira geral vive em torno dela e os agentes causadores de insegurança pública também estão cada vez mais envolvidos de dispositivos e recursos tecnológicos.

3.2 Aplicativos para dispositivos móveis - conceitos

Antes de falar sobre dispositivos móveis é importante entender o que é a mobilidade ou computação móvel, que se refere basicamente a capacidade de um dispositivo poder ser movimentado fisicamente enquanto se está utilizando o mesmo. “Mobilidade ou sistemas computacionais móveis são sistemas que podem facilmente ser movidos fisicamente ou cujas capacidades podem ser utilizadas enquanto eles estão sendo movidos.” (TORRES, 2013)

Aplicativos móveis são softwares específicos para dispositivos móveis como *tablets* e *smartphones*. Alguns aplicativos vêm instalados nos dispositivos e outros podem ser adquiridos nas lojas de aplicativos na internet como, App Store, Google Play ou Windows Phone Store.

“Um aplicativo móvel (português brasileiro) ou aplicação móvel (português europeu), conhecido normalmente por seu nome abreviado app, é um software desenvolvido para ser instalado em um dispositivo eletrônico móvel, como um PDA, um telefone celular, um smartphone ou um leitor de MP3.”

Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Aplicativo_m%C3%B3vel>. Acesso em: 11.05.2015

4. APLICATIVOS PARA DISPOSITIVOS MÓVEIS RELACIONADAS À APLICAÇÃO MOBILIZADORA DAS TICS PARA SISTEMAS APLICADOS A SEGURANÇA PÚBLICA

4.1 Aplicativos do Governo Federal

O governo federal criou um guia de aplicativos que é um catálogo de aplicativos para dispositivos móveis desenvolvidos por órgãos do poder executivo federal. Este guia é um portal centralizador onde o cidadão pode obter informações e conhecer os aplicativos que o governo oferece, todos os aplicativos disponibilizados são gratuitos e de responsabilidade de órgãos de governo. Para acessar basta seguir o link <http://www.aplicativos.gov.br/>, onde é possível fazer uma busca por órgãos, conhecer e acessar link para download.

4.1.1. Aplicativos Ministério da Justiça - SINESP Cidadão

O SINESP - Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e Sobre Drogas, é um portal de informações que tem o objetivo de subsidiar e integrar as informações junto os órgãos relacionados a segurança pública.

“O Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e Sobre Drogas, é um portal de informações integradas, em parceria com os entes federados, possibilitando consultas estatísticas, operacionais, investigativas e estratégicas relacionadas a drogas, segurança pública, justiça criminal, sistema prisional, entre outras. O Sinesp subsidiará diagnósticos de criminalidade, formulação e avaliação de políticas de segurança pública e promoverá a integração nacional de informações de forma padronizada.”

Disponível em: <https://www.sinesp.gov.br/perguntas-frequentes-publico>, acesso em 15.04.2015

O aplicativo permite acesso direto pelo cidadão aos serviços da Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça.

“O aplicativo Sinesp Cidadão é um módulo do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e sobre Drogas, o Sinesp (Lei 12.681/2012), o qual permite acesso direto pelo cidadão aos serviços da Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça.”

Disponível em: <https://www.sinesp.gov.br/sinesp-cidadao>, acesso em 15.04.2015

O aplicativo é composto de dois módulos:

1. Consulta sobre Veículo: este módulo possibilita ao cidadão fazer consultas relacionadas à situação de roubo ou furto de qualquer veículo do Brasil. Através de parceria entre o Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN) e o Ministério da Justiça as informações são consultadas diretamente no banco de dados do DENATRAN.

2. Consulta Mandado de Prisão: este módulo possibilita ao cidadão fazer consultas relacionadas aos mandados de prisão aguardando cumprimento e vigentes e tem a finalidade de auxiliar a polícia em suas atividades. A origem das informações é o banco de dados do CNJ - Conselho Nacional de Justiça, através de uma parceria entre este órgão e o Ministério da Justiça.

Para utilizar o aplicativo após fazer o download e instalar, basta clicar no ícone "Veículos" e digitar a placa para saber a situação do veículo.

“Caso a resposta seja positiva para furto ou roubo, a informação "VEÍCULO ROUBADO" aparecerá destacada em vermelho na tela de seu smartphone. É possível verificar também se o veículo é clonado, caso as características do mesmo não correspondam às retornadas pelo aplicativo.”

Disponível em: <https://www.sinesp.gov.br/sinesp-cidadao>, acesso em 15.04.2015

No caso de dúvidas sobre a restrição de um veículo roubado a recomendação é procurar a unidade de polícia em que foi registrado o boletim de ocorrência.

O aplicativo é voltado para o uso do cidadão, assim os profissionais de segurança pública devem confirmar as informações em outras fontes, como DETRAN, Infoseg e Tribunais de Justiça e não restringir suas pesquisas somente ao aplicativo.

Idealizado pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), órgão do Ministério da Justiça e desenvolvido juntamente com o Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO), o Sinesp Cidadão é uma iniciativa do Governo Federal e tem como objeti-

vo aproximar o cidadão da segurança pública do país de maneira direta e objetiva. Esta disponível para as plataformas IOS, *Android* e *Windows*.

Abaixo seguem as telas iniciais de cada tipo de consulta disponível no aplicativo. O aplicativo encontra-se disponível gratuitamente nas lojas: *Google Play* e *App Store*.

Figura 03 – Links para download aplicativo Sinesp Cidadão



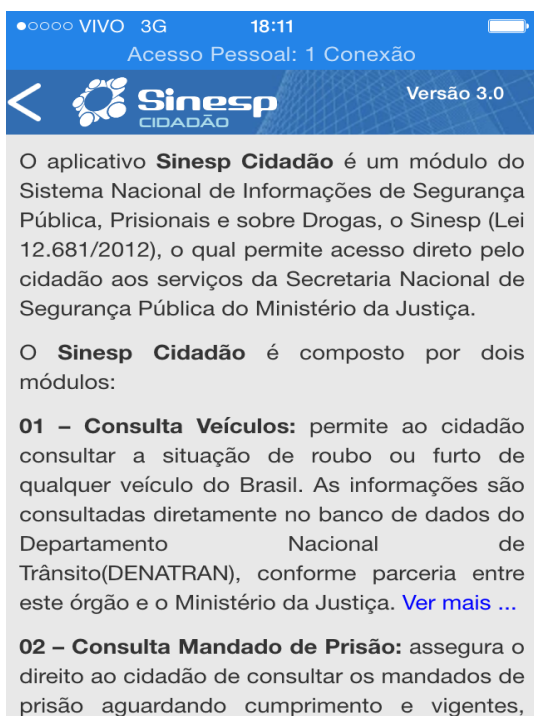
Fonte: <https://play.google.com/store/apps/details?id=br.gov.sinesp.cidadao.android>

Figura 04 – Sinesp Cidadão - Tela inicial



Fonte: Aplicativo Sinesp Cidadão - Versão 3.0

Figura 05 – Sinesp Cidadão - Ajuda



Fonte: Aplicativo Sinesp Cidadão - Versão 3.0

Figura 06 – Sinesp Cidadão – Desaparecidos



Fonte: Aplicativo Sinesp Cidadão - Versão 3.0

Figura 07 – Sinesp Cidadão – Veículos



Fonte: Aplicativo Sinesp Cidadão - Versão 3.0

Figura 08 – Sinesp Cidadão – Mandado de Prisão



Fonte: Aplicativo Sinesp Cidadão - Versão 3.0

4.1.2. Aplicativos Ministério da Justiça - SINESP Seguro

Outro aplicativo do SINESP - Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e Sobre Drogas, é o SINESP Seguro. Este aplicativo é destinado equipes e profissionais da área de segurança pública federal, estadual e municipal, previamente autorizados pelos Chefes de Inteligências das instituições (ABIN, PF, PRF, PM, PC).

“O Sinesp Seguro é uma nova plataforma de comunicação segura e criptografada para o envio de mensagens, chats, bem como a criação, edição e compartilhamento de documentos entre os usuários da rede privada do Ministério da Justiça. O Sistema possui duplo fator de autenticação - lógico e físico - e camadas de segurança para proteção das informações, dentro e fora da Organização. Desenvolvido e institucionalizado pela Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça, o Sinesp Seguro é composto por tecnologia 100% nacional e utiliza a infraestrutura do Centro de Processamento de Dados e rede do SERPRO para o tráfego de informações entre os órgãos da administração pública federal, estadual e municipal.” Disponível em: <https://www.sinesp.gov.br/sinesp-seguro>, acesso em 18.05.2015

Neste aplicativo as informações são criptografadas, técnica que modifica a estrutura de textos legíveis para textos indecifráveis que cria um ambiente digital totalmente blindado. É utilizado para a comunicação e colaboração entre as equipes e profissionais interligando todas as áreas que trabalham com a segurança do país, é necessário baixar e ativar a licença do Sinesp Seguro para poder ter acesso a esta plataforma segura e protegida. É possível utilizar o Sinesp Seguro de qualquer aparelho: computadores, *notebooks*, *tablets* ou *smartphones* onde a licença estiver instalada para obter acesso é necessário solicitar via formulário e enviando uma versão impressa à Agência de Inteligência da sua instituição para autorizar.

Figura 09 – Sinesp Seguro – Tela Inicial



Fonte: <https://play.google.com/store/apps/details?id=br.gov.sinesp.seguro>, acesso em 18.05.2015

4.1.3. Aplicativos Ministério da Justiça - Equipamentos Públicos

Este aplicativo tem como principal objetivo auxiliar a população a encontrar estabelecimentos públicos que oferecem serviços úteis, com base na localização atual o aplicativo encontra os locais públicos próximos ao usuário e traz as informações disponíveis do local com base em dados disponibilizados pelo governo.

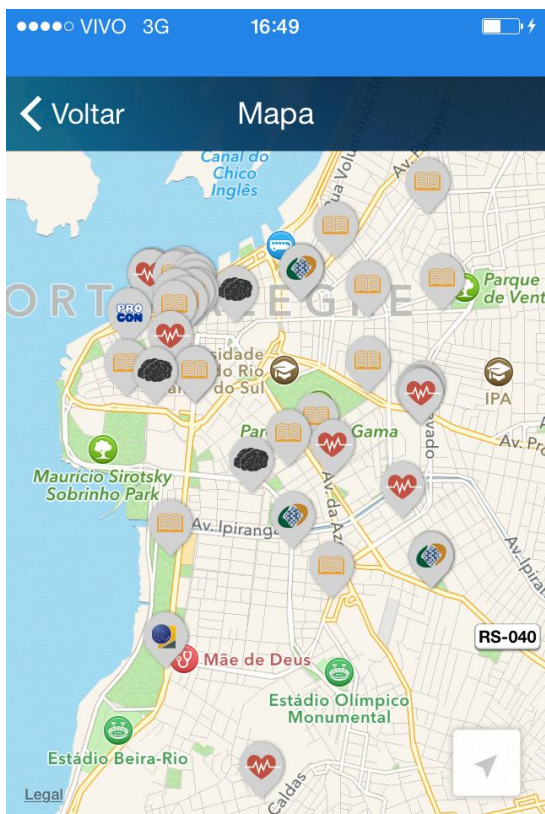
“O aplicativo tem como principal objetivo auxiliar a população a encontrar estabelecimentos públicos que oferecem serviços úteis, tais como: Cartórios Comunidade Terapêutica Previdência Social Procon Receita Federal UBS (Unidade Básica de Saúde) Tribunal Regional Eleitoral (Apenas na versão web até a apple aprovar a nova versão do app 1.1) Com base na localização atual o aplicativo encontra os locais públicos próximos ao usuário trazendo as informações disponíveis do local baseando-se nos dados disponibilizados pelo governo para que todos possam encontrar e utilizar os dados e as informações públicas. O uso do aplicativos é bem simples, e ele vem como ótimo complemento para o próprio site do Equipamentos Públicos, o qual conta com uma ferramenta online de mesmo propósito.” Disponível em: <http://www.aplicativos.gov.br/aplicativos/jeferson-de-assis-oliveira/#>, acesso em 19.05.2015

Figura10 – Equipamentos Públicos – Tela Inicial



Fonte: Aplicativo Equipamentos Públicos - Versão 1.2

Figura 11 – Equipamentos Públicos – Mapa



Fonte: Aplicativo Equipamentos Públicos - Versão 1.2

4.1.4. Aplicativos Ministério da Justiça - Atlas de Acesso à Justiça

O aplicativo tem o objetivo de disponibilizar informações básicas sobre a justiça no Brasil e utiliza as mesmas informações disponíveis no portal do acesso à Justiça, otimizado para acesso por dispositivos móveis.

“O Aplicativo do Atlas é uma ferramenta para ampliar a disponibilidade de informações básicas sobre a Justiça no Brasil. O conteúdo do mapa de Acesso é totalmente georreferenciado. O usuário pode buscar as unidades do sistema de justiça que desejar nos municípios brasileiros e obterá resultados com endereços e contatos completos. Essencialmente, ele busca responder à pergunta: onde fica o serviço que preciso? Quando o que se precisa é um órgão que buscará a solução de um conflito ou a defesa de direitos, a localização poderá ser consultada no Atlas, seja por meio de computador, seja por meio de aplicativo. O Portal de Acesso à Justiça foi lançado em dezembro de 2013 e é o resultado de cooperação entre o Ministério da Justiça e a Universidade de Brasília. O aplicativo, também desenvolvido por meio de cooperação com a UNB, foi lançado em julho de 2014.” Disponível em: <http://www.aplicativos.gov.br/aplicativos/atlas-de-acesso-a-justica/#>, acesso em 18.05.2015

Estão arroladas no Atlas as instituições do sistema de Justiça, por natureza e município.

“No ramo Judicial, as unidades de atendimento de: Justiça Federal, Justiça do Trabalho, Justiça Eleitoral, justiças estaduais, Tribunais superiores, Conselhos Nacionais. No ramo essencial à Justiça, de: Ministério Público Federal, Ministério Público do Trabalho, Ministérios públicos estaduais; seções da OAB, Defensoria Pública da União, defensorias públicas estaduais. No ramo extrajudicial, de: Cartórios, Procons, atendimento especializado à mulher, Polícia Federal, conselhos tutelares, CRAS/CREAS, unidades do INSS, entre outros.” Disponível em: <http://www.aplicativos.gov.br/aplicativos/atlas-de-acesso-a-justica/#>, acesso em 18.05.15

Figura 12 – Atlas de Acesso à Justiça – Tela Inicial



Fonte: https://play.google.com/store/apps/details?id=br.gov.mj.atlasJustica&hl=pt_BR

Figura 13 – Atlas de Acesso à Justiça – Tela de Parâmetros de Pesquisa



Atlas de Acesso à Justiça

Estado:
Distrito Federal

Município:
Brasília

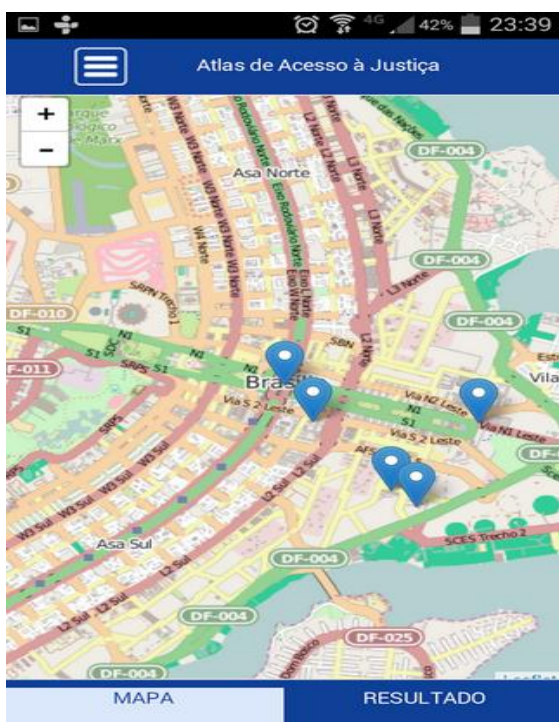
Tipo de Órgão:
Selecione a opção...

LOCALIZAR

Governo Federal
Ministério da Justiça

Fonte: https://play.google.com/store/apps/details?id=br.gov.mj.atlasJustica&hl=pt_BR

Figura 14 – Atlas de Acesso à Justiça – Mapa



Fonte: https://play.google.com/store/apps/details?id=br.gov.mj.atlasJustica&hl=pt_BR

4.1.5. Aplicativos Ministério da Defesa – CENIPA

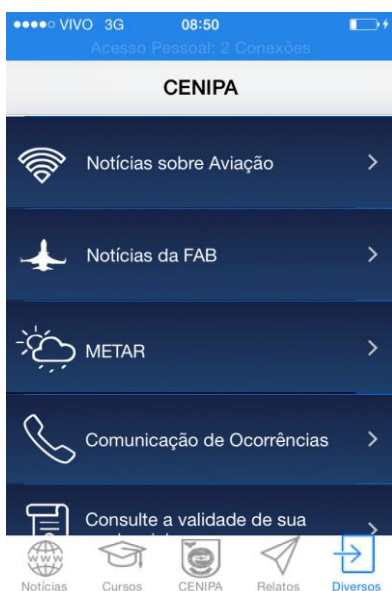
Com o objetivo de garantir a segurança da aviação no Brasil, o ministério da defesa conta com um sistema de investigação e prevenção de acidentes e um centro de investigação.

“O Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (CENIPA) é o órgão central do Sistema de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (SIPAER), com a responsabilidade de supervisionar, planejar, controlar e coordenar as atividades de investigação e prevenção de acidentes aeronáuticos no Brasil.” Disponível em: <http://www.aplicativos.gov.br/aplicativos/cenipa/#>, acesso em 18.05.2015

O aplicativo CENIPA tem o objetivo de aproximar a comunidade aeronáutica, oferecer suporte de prevenção de acidentes mostrando as principais ferramentas usadas para gerenciar o risco na aviação. O público alvo do aplicativo CENIPA são pilotos civis e militares, operadores, administradores aeroportuários, mecânicos e agentes de segurança de voo.

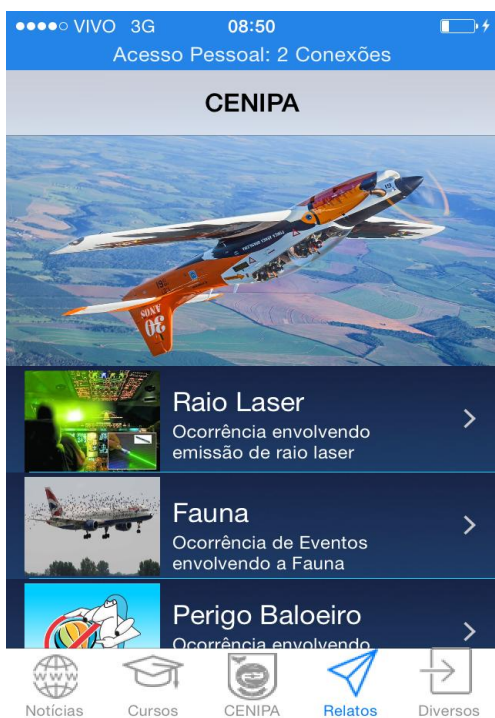
“No aplicativo do CENIPA, você pode: - Acompanhar as notícias do CENIPA, da Força Aérea Brasileira (FAB) e de sites de aviação, tudo em tempo real; - Conferir os cursos de prevenção de acidentes aeronáuticos oferecidos anualmente; - Acompanhar o andamento das inscrições dos cursos do CENIPA; - Verificar as datas de inscrição; - Efetuar a pré-matricula no curso de interesse; - Comunicar formalmente ao CENIPA toda situação de perigo envolvendo raio laser, balão de ar quente não tripulado, fauna, pipas e outros casos; - Consultar mensagens meteorológicas (METAR); - Consultar a validade das certificações SIPAER; - Consultar procedimentos a serem adotados em caso de acidentes aeronáuticos; e - Quando tomar conhecimento de um acidente aeronáutico e precisar comunicar ao Serviço Regional de Investigação, você acessa o número de telefone facilmente.” Disponível em: <http://www.aplicativos.gov.br/aplicativos/cenipa/#>, acesso em 18.05.2015

Figura 15 – CENIPA – Diversos



Fonte: Aplicativo CENIPA

Figura 16 – CENIPA – Relatos



Fonte: Aplicativo CENIPA

Figura 17 – CENIPA – CENIPA



Fonte: Aplicativo CENIPA

Figura 18 – CENIPA – Cursos



Fonte: Aplicativo CENIPA

Figura 19 – CENIPA – Notícias



Fonte: Aplicativo CENIPA

4.1.6. Aplicativos Ministério da Defesa – Rádio Marinha

O aplicativo Rádio Marinha é um veículo de comunicação social da Marinha do Brasil, o objetivo do aplicativo é fornecer informações, músicas e aprimorar o conhecimento da Sociedade Brasileira sobre as atividades da Marinha.

“A Rádio Marinha é um veículo de comunicação social da Marinha do Brasil, criada com o propósito de fornecer informações e músicas, aprimorar o conhecimento da Sociedade Brasileira sobre as atividades da Marinha, além de ampliar a divulgação do conceito de soberania nas Águas Jurisdicionais Brasileiras, e de conquistar voluntários para a carreira naval. A Rádio Marinha é uma rádio educativa e veicula spots de informação, cultura, esporte, utilidade pública e além de músicas selecionadas.” Disponível em: <http://www.aplicativos.gov.br/aplicativos/radio-marinha/#>, acesso em: 18.05.15

Figura 20 – RÁDIO MARINHA – Musica



Fonte: Aplicativo Rádio Marinha

Figura 21 – RÁDIO MARINHA – Facebook



Fonte: Aplicativo Rádio Marinha

Figura 22 – RÁDIO MARINHA – Twitter



Fonte: Aplicativo Rádio Marinha

Figura 23 – RÁDIO MARINHA – Web MóBILE



Fonte: Aplicativo Rádio Marinha

4.1.7. Aplicativos Ministério da Defesa – Quiz Defesa

O aplicativo é um Quiz, perguntas e respostas que abordam os principais programas de modernização dos meios operativos das Forças Armadas brasileiras (Marinha, Exército e Aeronáutica), que estão sob a coordenação do Ministério da Defesa (MD). “Um quiz para *tablet* capaz de divulgar de forma lúdica e interativa os Projetos Estratégicos da Defesa Nacional.” Disponível em: <http://www.aplicativos.gov.br/aplicativos/quiz-defesa>, acesso em: 18.05.2015

Figura 24 – Aplicativo Quiz Defesa - Imagens do Aplicativo



Fonte: <http://www.aplicativos.gov.br/aplicativos/quiz-defesa>

4.1.8. Aplicativos do STJ – STJ - Consulta Processual

O STJ – Consulta Processual é um aplicativo oficial do Superior Tribunal de Justiça e permite acesso à consulta processual.

“Consulta pode ser feita pelo número do registro (1997/0000009-9), classe e número do processo (Ag 123456) ou ainda o número do CNJ (número único), número da OAB no formato UF99999, nome da parte ou advogado. Acesso às informações do processo e seu andamento e poderá visualizar os despachos, decisões e acórdãos publicados.” Disponível em: <http://www.aplicativos.gov.br/aplicativos/stj-consulta-processual>, acesso em: 19.05.2015

O aplicativo ainda possibilita a consulta à jurisprudência e andamento dos processos.

“Aplicativo oficial do Superior Tribunal de Justiça para acesso à jurisprudência e à consulta processual do STJ. Possibilita pesquisar a jurisprudência, consultar o andamento dos processos e visualizar suas decisões e acórdãos publicados.” Disponível em: <https://play.google.com/store/apps/details?id=br.jus.stj.estj.activity>, acesso em: 02.06.2015.

Figura 25 – Aplicativo STJ – Consulta Processual – Pagina Inicial



Fonte: <https://play.google.com/store/apps/details?id=br.jus.stj.estj.activity>

Figura 26 – Aplicativo STJ – Consulta Processual – Consulta



Fonte: <https://play.google.com/store/apps/details?id=br.jus.stj.estj.activity>

Figura 27 – Aplicativo STJ – Consulta Processual – Detalhes do Processo



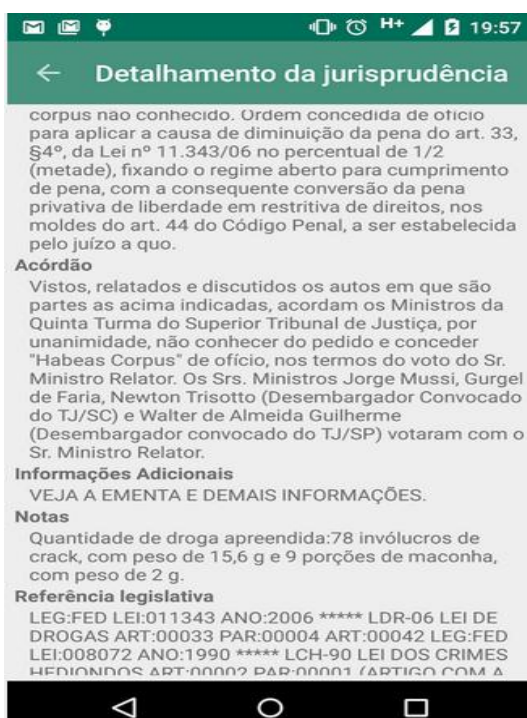
Fonte: <https://play.google.com/store/apps/details?id=br.jus.stj.estj.activity>

Figura 28 – Aplicativo STJ – Consulta Processual – Jurisprudência



Fonte: <https://play.google.com/store/apps/details?id=br.jus.stj.estj.activity>

Figura 29 – Aplicativo STJ – Consulta Processual – Detalhamento da Jurisprudência



Fonte: <https://play.google.com/store/apps/details?id=br.jus.stj.estj.activity>

4.1.9. Aplicativos Secretaria de Direitos Humanos – Proteja Brasil

O aplicativo Proteja Brasil é um aplicativo que orienta denúncias de violações de direitos de crianças e adolescentes.

“O Proteja Brasil é um aplicativo de apoio ao cidadão para a localização e o acesso aos equipamentos públicos e serviços sociais de proteção integral dos direitos de crianças e adolescentes brasileiros nas cidades sede da Copa do Mundo de 2014. A ferramenta facilita a identificação de situações de vulnerabilidade e os tipos de violações de direitos de crianças e adolescentes, indicando os encaminhamentos e serviços públicos de atenção responsáveis pelo atendimento.” Disponível em: <http://www.aplicativos.gov.br/aplicativos/protejabrasil>, acesso em: 22/05.2015

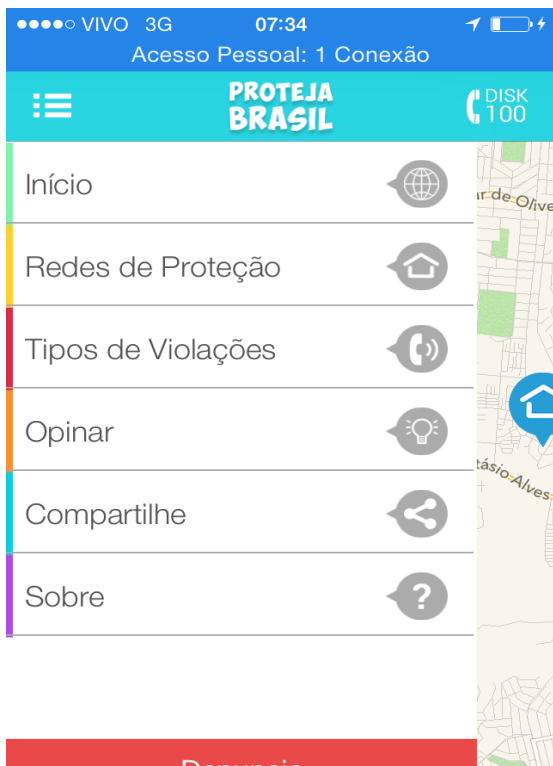
Desenvolvido para *smartphones* e *tablets* o aplicativo foi criado para facilitar denúncias de violência contra crianças e adolescentes, a partir do local onde a pessoa está o aplicativo indica telefones, endereços e o melhor caminho para chegar a delegacias, conselhos tutelares e outras organizações especializadas na proteção de crianças e adolescentes nas capitais brasileiras e regiões metropolitanas. (Disponível no aplicativo)

Figura 30 – Aplicativo Proteja Brasil



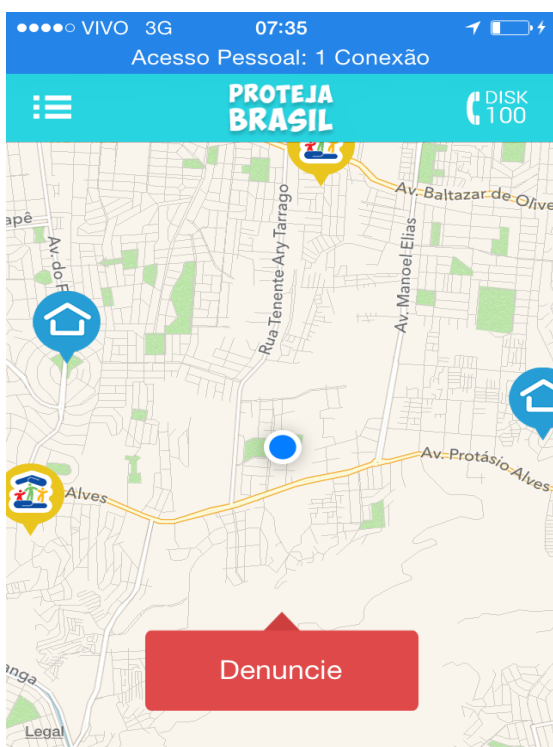
Fonte: Aplicativo Proteja Brasil

Figura 31 – Aplicativo Proteja Brasil - Menu



Fonte: Aplicativo Proteja Brasil

Figura 32 – Aplicativo Proteja Brasil - Início



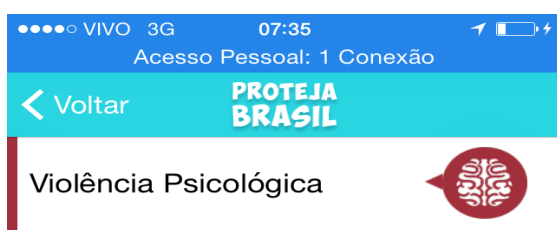
Fonte: Aplicativo Proteja Brasil

Figura 33 – Aplicativo Proteja Brasil - Tipos de Violações



Fonte: Aplicativo Proteja Brasil

Figura 34 – Aplicativo Proteja Brasil - Tipos de Violações



Disque 100

Rede de proteção mais próxima de você

Conselho Tutelar de Porto Alegre
Microrregião 1

3289-8498

Rua Doutor João Inácio, 549 Navegantes

Fonte: Aplicativo Proteja Brasil

4.1.10. Aplicativos da SEPPIR – Denuncie a Discriminação

A SEPPIR é a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República, foi criada pela Medida Provisória nº 111, de 21 de março de 2003, convertida na Lei 10.678 e suas principais finalidades são:

- “ Formulação, coordenação e articulação de políticas e diretrizes para a promoção da igualdade racial;
- Formulação, coordenação e avaliação das políticas públicas afirmativas de promoção da igualdade e da proteção dos direitos de indivíduos e grupos étnicos, com ênfase na população negra, afetados por discriminação racial e demais formas de intolerância;
- Articulação, promoção e acompanhamento da execução dos programas de cooperação com organismos nacionais e internacionais, públicos e privados, voltados à implementação da promoção da igualdade racial;
- Coordenação e acompanhamento das políticas transversais de governo para a promoção da igualdade racial;
- Planejamento, coordenação da execução e avaliação do Programa Nacional de Ações Afirmativas;
- Acompanhamento da implementação de legislação de ação afirmativa e definição de ações públicas que visem o cumprimento de acordos, convenções e outros instrumentos congêneres assinados pelo Brasil, nos aspectos relativos à promoção da igualdade e combate à discriminação racial ou étnica.” Fonte: <http://www.seppir.gov.br/sobre>, acesso em: 20/05/2015.

O aplicativo é uma forma para acesso ao documento Guia de Orientação das Nações Unidas no Brasil para Denúncias de Discriminação Étnico-racial.

“A Organização das Nações Unidas no Brasil lançou no final de 2011 um guia para auxiliar a denúncia de discriminação étnico-racial. O documento apresenta o conjunto de instrumentos nacionais e internacionais que garantem a igualdade étnico-racial, bem como informações sobre o marco legal brasileiro e internacional, além de endereços dos órgãos de atendimento à população nos estados e capitais.” Disponível em: <http://www.aplicativos.gov.br/aplicativos/denuncie-a-discriminacao>, acesso em: 20.05.15

Figura 35 – Aplicativo Proteja Denuncie a Discriminação – Imagens do aplicativo



Fonte: <http://www.aplicativos.gov.br/aplicativos/denuncie-a-discriminacao>

4.1.11. Aplicativos da SEPIR – Estatuto da Igualdade Racial

O aplicativo é uma forma para acesso ao documento Estatuto de Igualdade Racial.

“A Lei nº 12.288/10 instituiu o Estatuto da Igualdade Racial. Conforme seu artigo 1º, o Estatuto da Igualdade Racial tem por objetivo “combater a discriminação racial e as desigualdades raciais que atingem os afro-brasileiros, incluindo a dimensão racial nas políticas públicas desenvolvidas pelo Estado”. Ainda segundo o texto do Estatuto, discriminação racial é definida legalmente como “toda distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica que tenha por objeto anular ou restringir o reconhecimento, gozo, ou exercício, em igualdade de condições, de direitos humanos e liberdades fundamentais” (art. 1º, § 1º). Desigualdades raciais, por sua vez, são definidas como “situações injustificadas de diferenciação de acesso e gozo de bens, serviços e oportunidades, na esfera pública e privada”. O Estatuto da Igualdade Racial é um instrumento legal que pode promover a redução das desigualdades históricas e as injustiças sociais que restringem os direitos e oportunidades de desenvolvimento da população afrodescendente, incluindo populações étnicas e de matriz tradicional africana. Instale o aplicativo do Estatuto da Igualdade Racial, faça valer os seus direitos, e colabore para a construção de um Brasil sem racismo.” Disponível em: <http://www.aplicativos.gov.br/aplicativos/estatuto-da-igualdade-racial>, acesso em 20.05.15

Figura 36 – Aplicativo Estatuto da Igualdade Social – Imagens do Aplicativo



Fonte: <http://www.aplicativos.gov.br/aplicativos/estatuto-da-igualdade-racial>

5. ANÁLISES E CONSIDERAÇÕES

Este trabalho foi realizado com o objetivo de contribuir com os estudos relativos a aplicações mobilizadoras desenvolvidas a partir das TICs aplicadas a segurança pública. A ideia da pesquisa surgiu a partir de uma demanda da Política de Desenvolvimento Produtivo – PDP, no seu programa mobilizador em áreas estratégicas TICs que deu origem a Oficina de Trabalho: "Visão de Futuro e Agenda TIC: 2008-2025", desenvolvido por um grupo de especialistas em Aplicações Mobilizadoras, que aconteceu em 2010 e foi uma iniciativa da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial – ABDI em conjunto com o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos – CGEE.

As aplicações mobilizadoras referem-se à oferta de produtos e serviços de informação e comunicação relacionando com estratégias para acesso e uso que demandem desenvolvimentos de novas tecnologias, equipamentos e metodologias. A ideia para este trabalho se consolidou com a perspectiva de pesquisar uma tecnologia bastante atual que é a utilização de dispositivos móveis como *smartphones* e *tablets* através de aplicativos (*softwares*) desenvolvidos para atender a objetivos específicos. Identificar o cenário nacional deste conjunto de tecnologia, equipamentos e metodologia e sua capacidade em gerar informação que podem ser úteis a segurança pública e obter maiores conhecimentos em relação a aplicativos e dispositivos móveis e suas destinações junto à sociedade, foram os objetivos norteadores deste trabalho.

Segundo a ABDI (2010) existe um conjunto de processos que podem ser melhorados a partir de novas aplicações e tecnologias e está relacionado com o atendimento e interação com o cidadão, envolvendo todos os canais de comunicação e troca de informações diretamente com a sociedade, seja para registro de ocorrências, difusão de informações ou prestação de serviços. Foi com base neste conjunto de processos que este trabalho se orientou para buscar mais informações relacionadas a aplicações tecnológicas para a segurança pública.

Paralelo a esta questão das aplicações mobilizadoras a pesquisa exploratória apontou para um novo cenário em termos de desenvolvimento de softwares onde atualmente está acontecendo uma revolução em termos do que se pode entender por computação móvel. Através dos *tablets* e *smartphones* como o *iPhone* e outros que utilizam o sistema operacional *Android*, uma aplicação móvel pode ter milhões de descarregamentos em pouco tempo e esse mercado potencial gerou uma nova forma de distribuição e entrega de software através das lojas virtuais de “APPs”. Esse formato de distribuição reduz significativamente os custos de distribuição e comercialização, o que aponta para uma nova metodologia tanto no sentido de busca de ferramentas, quanto na própria utilização. O mercado também abre um novo leque de tecnologia a ser investido pelos órgãos públicos e pelo governo federal através de pesquisa e desenvolvimento.

A ABDI e o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos - CGEE selecionaram como ponto de partida para a construção da visão de futuro sete aplicações, considerando os objetivos dos cinco subprogramas do Programa Mobilizador em TIC da Política de Desenvolvimento Produtivo e pelo menos três destes subprogramas que estão relacionados ao que foi pesquisado através deste trabalho que são: software e serviços de TI, infraestrutura para inclusão digital e adensamento da cadeia produtiva. Entre sete aplicações encontram-se os sistemas aplicados à segurança pública, ou seja, no cenário nacional de aplicativos móveis foi possível identificar aplicativos que vem de encontro ao que os objetivos dos subprogramas.

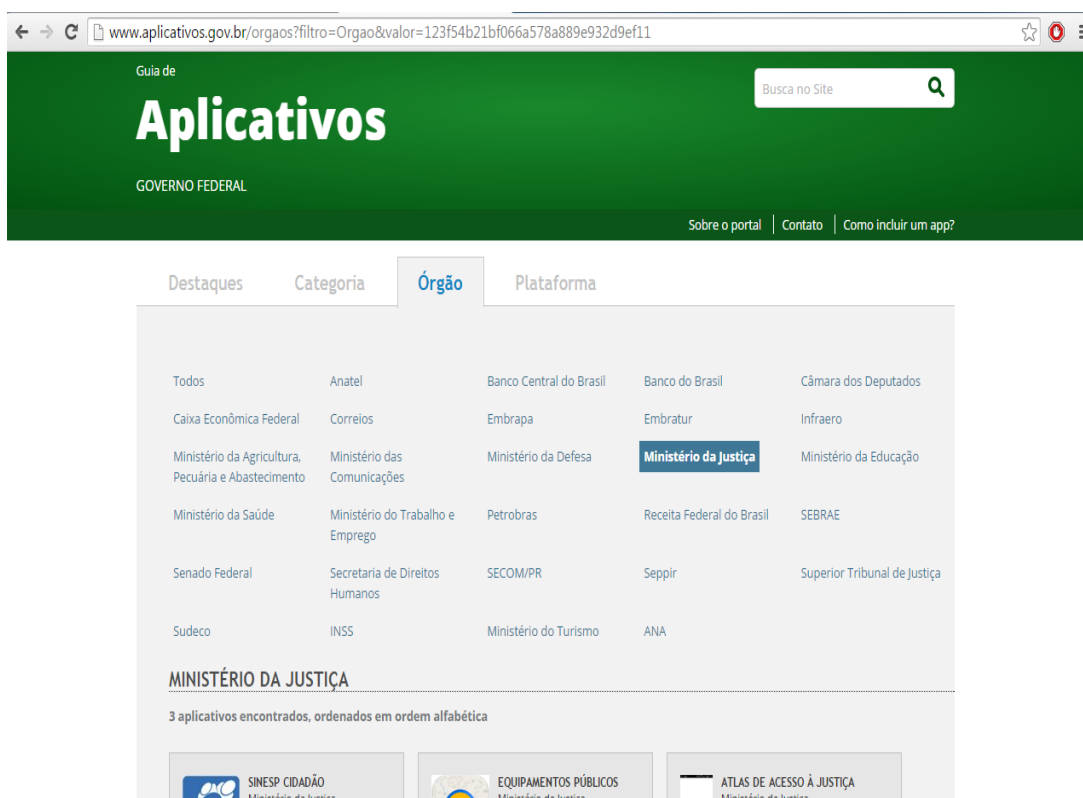
A rotina de trabalho relacionada à segurança pública é bastante dinâmica e precisa agilidade, uma tecnologia que dispõe de mobilidade com certeza traz facilidades e praticidade para o dia-a-dia. A mobilidade ou computação móvel se refere basicamente a capacidade de um dispositivo poder ser movimentado fisicamente enquanto se está utilizando o mesmo. Aplicativos móveis são softwares específicos para dispositivos móveis como *tablets* e *smartphones*, alguns aplicativos vêm instalados nos dispositivos e outros podem ser adquiridos nas lojas de aplicativos na internet como, *App Store*, *Google Play* ou *Windows Phone Store*, os aplicativos pesquisados e ofertados pelo governo estão disponíveis nestas lojas e na sua maioria pelo menos para dois sistemas operacionais *Android* e *IOS*.

A partir do entendimento a respeito das aplicações mobilizadoras, dispositivos móveis os e aplicativos para os mesmos, este trabalho passou a pesquisar especificamente aplicativos para dispositivos móveis do tipo *smartphones* e *tablets* relacionados à aplicação mobilizadora das TICs para sistemas aplicados a segurança pública.

A pesquisa procurou se embasar basicamente em aplicativos ofertados pelo governo federal para traçar um cenário nacional, o que está apresentado mais especificamente nos capítulos anteriores deste trabalho.

O governo federal criou um guia de aplicativos que é um catálogo de aplicativos para dispositivos móveis desenvolvidos por órgãos do poder executivo federal. Este guia é um portal centralizador onde o cidadão pode obter informações e conhecer os aplicativos que o governo oferece, todos os aplicativos disponibilizados são gratuitos e de responsabilidade de órgãos de governo. Para acessar basta seguir o link <<http://www.aplicativos.gov.br/>>, onde é possível fazer uma busca por órgãos, conhecer e acessar link para download. Este portal é fácil de localizar a partir de uma busca no Google ou outro sistema de busca e a forma de apresentação dos aplicativos também são simples e objetiva. No portal os aplicativos podem ser agrupados a partir dos destaques, por categoria, por órgão ou ainda pela plataforma.

Figura 37 – Guia de Aplicativos Governo Federal – Agrupamento por Órgão



Fonte: <http://www.aplicativos.gov.br/orgaos?filtro=Orgao&valor=123f54b21bf066a578a889e932d9ef11>

As considerações a seguir relacionadas aos aplicativos apresentados durante o trabalho busca além de pontuar questões observadas nestes aplicativos, apresentar alguns aplicativos similares existentes ofertados ao mercado por outros órgãos públicos e até algumas inicia-

tivas privadas. O objetivo deste comparativo complementando o cenário nacional ofertado pelo governo é orientar escopos de novas pesquisas mais direcionadas a análise de conteúdo e recursos para procurar aperfeiçoar os aplicativos já existentes e direcionar a pesquisa e desenvolvimento de novos aplicativos.

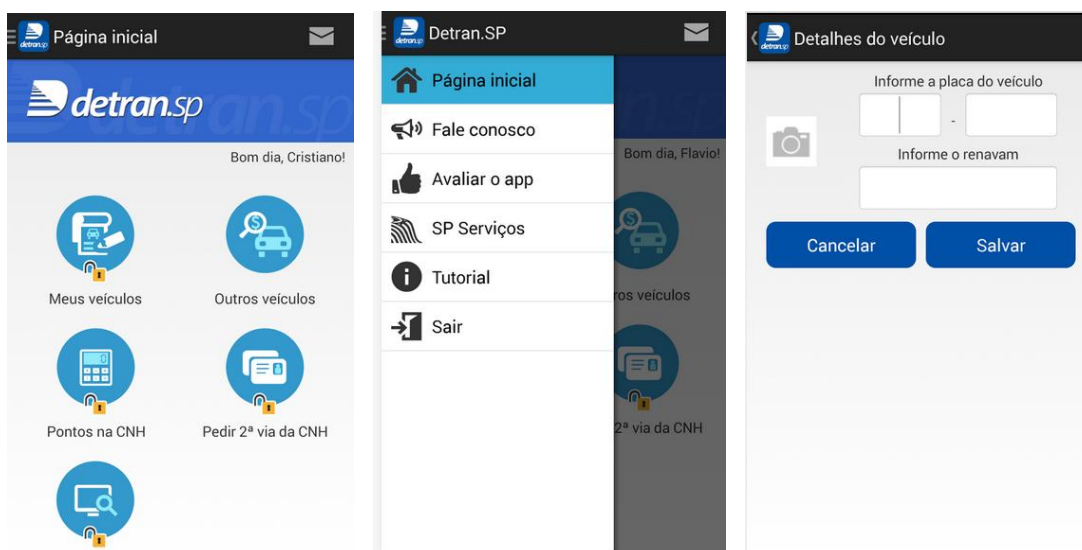
O aplicativo do Ministério da Justiça - SINESP Cidadão, por exemplo, tem uma série de outros aplicativos que assemelham. Foi possível identificar através da pesquisa que uma das funções do aplicativo do governo federal é auxiliar o cidadão na consulta a veículos através da placa e tem vários similares desenvolvidos pelos DETRANs – Departamento Estadual de Transito, por exemplo:

Aplicativo Detran.SP

Descrição: O aplicativo utilizado para consulta informações sobre o seu próprio veículo ou outros veículos e para consulta de informações de CNH. Oferecido por PRODESP - Cia de Proc. de Dados do Estado de SP.

“Com o novo aplicativo do Detran.SP para tablets e smartphones, ficou ainda mais fácil verificar a pontuação de sua CNH e possíveis multas registradas em seu veículo. Para ter acesso às consultas, basta utilizar a mesma senha do portal do Detran.SP. Se você ainda não é cadastrado, entre em www.detran.sp.gov.br.” Disponível em: <https://play.google.com/store/apps/details?id=br.gov.sp.detran.consultas>, acesso em 05.06.2015

Figura 38 – Aplicativo Detran.SP – Imagens do Aplicativo



Fonte: <https://play.google.com/store/apps/details?id=br.gov.sp.detran.consultas>

Aplicativo Detran CE

Descrição: O aplicativo utilizado para consultar situação de veículos a partir da placa e/ou RENAVAL entre outros. Oferecido por DETRAN CEARÁ (Departamento Estadual de Trânsito)

“Este é o mais novo aplicativo do DETRAN Ceará. Com ele os usuários de smartphones e tablets obtém acesso rápido e amigável a:

- Informações da Carteira Nacional de Habilitação (pontuação, vencimento e renovação).
- Consulta de veículos pela placa e/ou renavam.
- Geração de código de barras para pagamento de taxas via Internet Banking.
- Informações sobre transporte rodoviário intermunicipal de passageiros (ônibus e vans)
- Envio de críticas, reclamações e denúncias diretamente para a ouvidoria do órgão.
- Meu Detran Mobile: o sistema integrado de gestão de CNH e veículos do Detran na palma da sua mão.
- Muito Mais!

Esta é uma realização do Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN), Governo do Estado do Ceará.”.

Disponível em:

<https://play.google.com/store/apps/details?id=br.gov.ce.detran.mobile>, Acesso em: 05.05.2105

Figura 39 – Aplicativo Detran.CE – Imagens do Aplicativo



Fonte: <https://play.google.com/store/apps/details?id=br.gov.ce.detran.mobile>

Analisando os aplicativos dos órgãos estaduais e comparando com o aplicativo do governo foi possível levantar algumas considerações importantes, iniciando pela questão de haver vários aplicativos diferentes mas basicamente com a mesma destinação de uso para cada estado. A primeira consideração a ser feita é em relação a custos de pesquisa e desenvolvimento que é despendida por todos os órgãos estaduais. Nesta mesma linha de raciocínio segue a questão da informação que é descentralizada e limitada por estado, ou seja, cada aplicativo estadual consulta bases de dados diferentes dos veículos do seu estado como DETRAN e PRODESP, enquanto o aplicativo do governo consulta uma base nacional do DENATRAN – Departamento Nacional de Trânsito.

Outra observação que cabe é em relação às funcionalidades acessórias, ou seja, o que um aplicativo do governo oferece em relação ao que cada aplicativo estadual oferece. No aplicativo do governo SINESP CIDADÃO é possível além da consulta de veículos, consultar desaparecidos e mandados de prisão. Nos aplicativos do DETRAN dos estados, além da consulta de veículos, comum a todos, outras destinações são apresentadas como consultar informações sobre seu próprio veículo, sobre CNH e pontuação, solicitar segunda via de CNH, informações sobre transporte, geração de código de barras para pagamento de taxas, outros. Ainda é importante ponderar a respeito de como o resultado da consulta é apresentada, em uns de uma forma bem sintética em outros, com um nível de detalhamento mais aprofundado o que oferece mais subsídios e informações tanto para o trabalho dos agentes de segurança pública como para a utilização do cidadão civil.

Com isso é possível afirmar que não existe um padrão de informação, e que se houvesse uma interação entre o governo e os estados seria possível otimizar tanto a questão de investimentos em pesquisa e desenvolvimento, quanto outras questões relacionadas a fonte de informações, forma de apresentação e destinações de uso dos aplicativos.

Outro aplicativo do governo que também cabe a mesma linha de considerações é o STJ – Consulta Processual que é um aplicativo oficial do Superior Tribunal de Justiça e permite acesso à consulta processual. Basicamente com as mesmas funcionalidades e destinação de uso muito semelhantes a este aplicativo existem vários outros aplicativos gratuitos ofertados por empresas privadas direcionados a consulta processual estaduais para vários estados. Em relação a órgãos públicos o Tribunal de Justiça do Estado do Pará, lançou através da secretaria de informática o TJPA – Móbile “A Secretaria de Informática do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA) lançou a versão mobile da consulta de processos disponível no portal externo do TJPA.” Disponível em:

<http://www.tjpa.jus.br/PortalExterno/imprensa/noticias/Informes/2119-Portal-do-TJPA-agora-tem-versao-mobile.xhtml>, acesso em 10.06.2015.

Aplicativo TJPA – MóBILE

Descrição: É um aplicativo utilizado para consulta processual e acompanhamento de processos. Oferecido por Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

“Realizar a Justiça buscando a excelência jurisdicional, contribuindo com o efetivo fortalecimento do Estado democrático de Direito.”

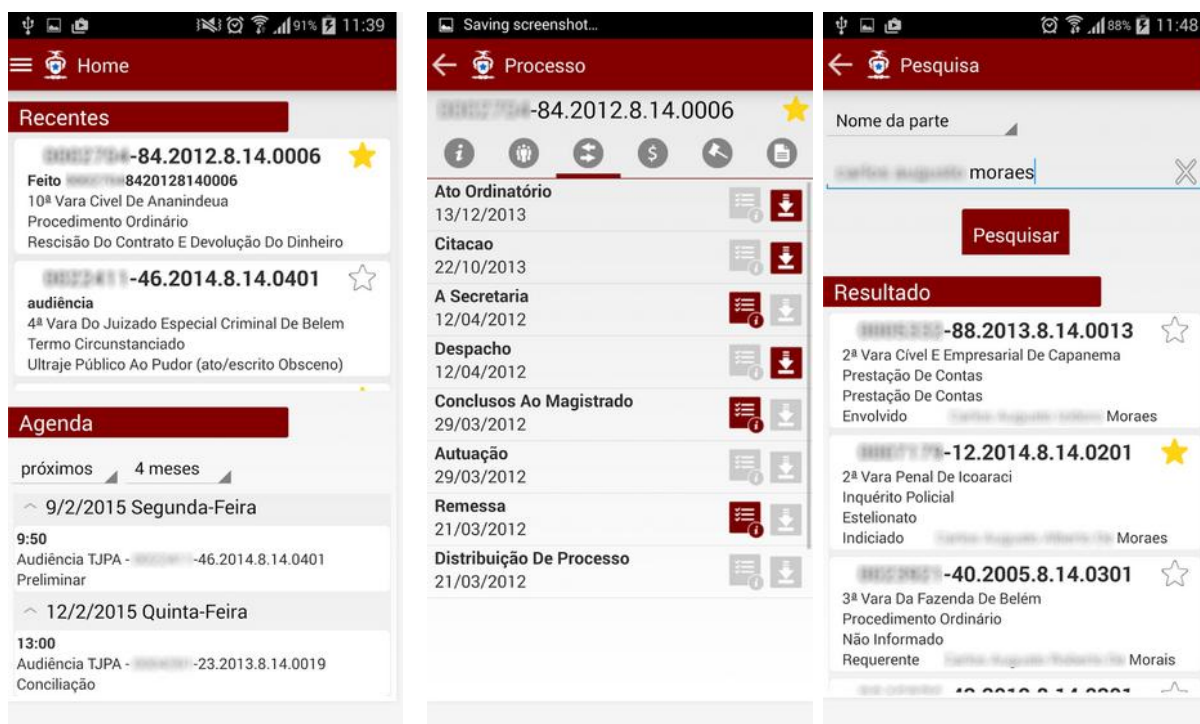
Consulta Processual

- Consulta por número do processo
- Leitura por código de barras
- Consulta por nome da parte
- Consulta por número da OAB
- Informações gerais, partes envolvidas, movimentações, custas, audiências, documentos
- Download de documentos referentes aos processos

Acompanhamento de processos

- Acompanhamento rápido dos processos favoritos
- Sincronização com os processos favoritos do portal TJPA
- Notificações no celular das movimentações dos processos favoritos
- Integração com a agenda do celular para acompanhamento das audiências
- Lembretes de audiência via e-mail e SMS
- Visualização dos processos recentemente acessados”. Disponível em: <https://play.google.com/store/apps/details?id=br.jus.tjpa.androidlawsuit>, acesso em 12.06.2015.

Figura40 – Aplicativo TJPA MóBILE – Imagens do Aplicativo



Fonte: <https://play.google.com/store/apps/details?id=br.jus.tjpa.androidlawsuit>

Como é possível observar a destinação e funcionalidades são muito semelhantes ao aplicativo do governo federal. Neste caso o que se pode ponderar são a respeito do padrão na apresentação das informações, recursos que podem ser incorporados a um ou a outro e ainda a base de pesquisa e desenvolvimento que pode servir como base para outros órgãos públicos investirem na tecnologia e metodologia de aplicações móveis.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muitas considerações importantes podem ser apontadas em relação à pesquisa, uma delas são o quanto pequenas empresas e iniciativas de profissionais independentes aparecem com várias diversificações de aplicativos com destinações muito semelhantes aos pesquisados, sendo ofertados na maioria das vezes de forma gratuita nas lojas de aplicativos. Uma pesquisa que poderia ser feita é em relação a possíveis parcerias destes com os órgãos públicos para o desenvolvimento de aplicativos oficiais.

Outra característica importante nos aplicativos apresentados nesta pesquisa está relacionada à plataforma em que o APP foi desenvolvido. A maioria dos aplicativos estão disponíveis para os sistemas operacionais *Android* utilizados por várias marcas de *smartphones* e *tablets*, baseado no núcleo Linux e atualmente desenvolvido pela *Google* e IOS da *Apple*. Estes dois sistemas dominam o cenário nacional de aplicativos do governo com 58 e 49 aplicativos respectivamente. Além destes o guia de aplicativos do governo ainda oferece aplicativos para os sistemas operacionais *Windows Phone* com 6 aplicativos e *BlackBerry* com 4 aplicativos.

Foi possível observar ainda que em relação aos sistemas operacionais ainda não existe um padrão definitivo estabelecido, mesmo com a maioria sendo desenvolvidos para IOS e *Android*. Alguns aplicativos funcionam melhor em uma plataforma do que outra, assim como as atualizações algumas vezes passa a ser geradas em apenas uma das plataformas. Esta também é uma sugestão de pesquisa futura bastante pertinente e que poderá auxiliar nos desenvolvimentos de novos aplicativos.

A pesquisa poderá auxiliar os profissionais de segurança pública assim como a os cidadãos na busca e seleção de aplicativos. Ainda poderá auxiliar como uma base de informações relacionadas a aplicativos como plataformas de desenvolvimento, base de dados de informações, conteúdo e formato das informações, funcionalidades acessórias, outras, que estão

presentes nos aplicativos apresentados, orientando novas pesquisas e desenvolvimentos para aperfeiçoar os aplicativos existentes assim como no desenvolvimento de novos aplicativos.

Como considerações finais pode-se afirmar pelo que foi encontrado nas pesquisas que os dispositivos móveis e seus aplicativos vieram pra ficar e estão compondo um novo cenário em termos de computação móvel, que a segurança pública já esta inserida neste contexto ainda que de forma embrionária e que existe um campo bastante amplo para outras pesquisas que possibilitem aprofundar o desenvolvimento de aplicações mobilizados das TICs para os sistemas de segurança pública.

7. REFERÊNCIAS

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

_____. **A galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade**/ Manuel Castells; tradução, Maria Luiza X. de A. Borges; revisão técnica Paulo Vaz . Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2003.

DRUCKER. Peter F. **Sociedade pós-capitalista**. 3. ed. Lisboa: Actual, 2003.

DF. AGENCIA BRASILEIRA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL. (Ed.). **Cadernos Temáticos - Tecnologias de Informação e Comunicação -TIC: Sistemas Aplicados a Segurança Pública**. Brasília: Abdi, 2010.

EVANS, Dave. **A Internet das Coisas - Como a próxima evolução da Internet está mudando tudo**. 2011. Disponível em:

<http://www.cisco.com/web/BR/assets/executives/pdf/internet_of_things_iot_ibsg_0411final.pdf> Acesso em: 29.05.2015

FURTADO, Vasco. **Tecnologia e gestão da informação na segurança pública**. 1. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2003. 264 p.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo : Atlas 1999.

TORRES, Carlos Eugênio. **MOBILIDADE computação móvel, dispositivos e aplicativos**. 2013. Disponível em: <<http://pt.slideshare.net/cetorres/palestra-mobilidade-computao-mvel-dispositivos-e-aplicativos-2013>> Acesso em 14.05.2015

O Futuro da aprendizagem móvel: implicações para planejadores e gestores de políticas. Brasília: UNESCO, 2014. 64 p. (Documentos de trabalho da UNESCO sobre aprendizagem móvel). Incl. Bibl. ISBN: 978-85-7652-188-4